



ASSEMBLEIA NACIONAL



Relatório da Missão de Estudos da Comissão Eventual para Elaboração do Novo Regimento-CEENR, da Assembleia Nacional de Cabo Verde

Brasil, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 2012

RELATÓRIO DA MISSÃO CEENR

Introdução

No âmbito da Reforma do Parlamento de Cabo Verde, a Comissão Eventual para a Elaboração do Novo Regimento da Assembleia Nacional, realizou de 30 de Agosto a 06 de Setembro de 2012, uma visita técnica ao Brasil para recolha de experiências parlamentares junto do Congresso Brasileiro.

A missão da CEENR ao Brasil teve como foco central constatar “*in loco*” e conhecer aspectos relativos ao papel das Comissões Permanentes, ao Código de Ética e Decoro Parlamentar, à descentralização dos trabalhos do Parlamento e à aproximação do Parlamento aos cidadãos.

Participaram da visita os Deputados Lívio Lopes – Deputado do PAICV e Presidente da Comissão que chefiou a Delegação, Deputada Joana Rosa do MpD, Deputado António Fernandes do PAICV, Deputada Filomena Gonçalves do MpD, Deputado Euclides Centeio do PAICV e o Técnico Parlamentar Nuno Furtado.

I – Encontro com a Comunidade Cabo-verdiana

No dia 31 de Agosto de 2012, os Deputados realizaram um encontro com a Comunidade Cabo-verdiana radicada em São Paulo, mais concretamente no Museu Cultural, Distrito de Santo André, para dar a conhecer os objectivos da missão parlamentar, bem como apresentar à Comunidade, os instrumentos que a Reforma do Parlamento propõe para as Comunidades Cabo-verdianas na diáspora, cujo intuito será de lhes aproximar ao Parlamento e poderem participar de forma activa nas iniciativas parlamentares.

Antecedendo à cerimónia de abertura do Encontro, que foi presidido pelo Dr. José Augusto do Rosário, Presidente da Associação dos Cabo-verdianos, a plateia foi informada da morte de um patriarca da Associação, razão pela qual foi feita um minuto de silêncio ao desaparecimento físico do patriarca.

Dando seguimento ao encontro, o Presidente da Associação deu as boas vindas à Delegação e aos presentes, destacando a presença do ilustre Ex-Deputado Elísio Sousa, distinguindo que a particularidade que destaca os emigrantes cabo-verdianos no Brasil com os demais noutros países, é que eles não enviam remessas, mas contribuem para o país através de apoio na formação universitária a vários estudantes cabo-verdianos.

Asseverou que a Comunidade cabo-verdiana, apesar de se sentir bastante integrada na comunidade brasileira, nunca esqueceu suas raízes, mantendo sempre uma relação de proximidade com as suas famílias em Cabo Verde. A Associação não é politizada, e busca sempre estar informada do que se passa em Cabo Verde.

O Deputado Lívio Lopes na qualidade de Presidente da Comissão, cumprimentou em especial a Representante do Município de Santo André que se fez presente, o Ex-Deputado Elísio Sousa o Presidente da Associação e agradeceu o esforço da Associação

Missão CEENR, Brasil, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 2012

na organização do Encontro, informando aos emigrantes a razão da nossa missão ao Brasil e o porque do encontro com a Comunidade.

Acrescentou que a missão da CEENR além de centrar-se na reforma do regimento para adequa-la aos novos tempos, contém também aspectos importantes como a:

- Introdução do funcionamento semanal das sessões, a questão da residência do Deputado, o reforço da diplomacia parlamentar, e a introdução de novas tecnologias como meio de aproximar o cidadão ao Parlamento.
- Informou ainda que foi introduzida na nova versão do Regimento o Debate do Circulo, que será um importante instrumento para se resolver os problemas da emigração.
- Avançou que um dos temas que será abordada durante a missão é a Comissão de Ética e Decoro Parlamento o qual se considera ser um instrumento fundamental na disciplina parlamentar, aspecto que o Parlamento cabo-verdiano ainda não tem regulamentado e que se procura introduzir para garantir que a sociedade veja o Parlamento numa perspectiva mais positiva e transparente do ponto de vista do seu funcionamento.
- Deu a conhecer aos emigrantes o Diploma que cria o Conselho das Comunidades, e que visa criar condições para a participação mais efectiva e regular em relação às comunidades emigradas, e consequentemente a sua relação com a embaixada.

Os emigrantes colocaram em síntese as seguintes questões:

- Congratularam com o diploma que cria o Conselho das Comunidades, e manifestaram a sua evolução em relação à anterior proposta que absorvia e sobrepunha em muito os poderes dos Deputados.
- Da mesma forma congratularam com a ideia da criação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que servirá para disciplinar a postura e linguagem parlamentar, considerada muitas vezes ofensivas.
- Propuseram a criação da figura do Corregedor, que é um órgão que à semelhança do brasileiro, encarrega da disciplina e transgressão do Deputado, sendo posteriormente entregue à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para averiguação e consequentemente tomada de medidas.
- Em relação à residência do Deputado são de opinião que o Deputado deve residir no seu círculo eleitoral, de forma a estar sempre dentro da realidade do círculo.
- Da descentralização dos trabalhos parlamentares, sugeriram o uso de videoconferência à semelhança das Canárias.
- Entendem que o Conselho das Comunidades devia criar mecanismos de apoio na obtenção da nacionalidade aos cabo-verdianos emigrantes.
- Reclamam por uma maior produtividade dos Deputados na produção legislativa, através de apresentações de projectos de leis, e um posicionamento mais abrangente sobre os problemas do país, evitando um bocado as intervenções de carácter muito regionalista.
- Sugeriram a introdução do instrumento “Ficha Limpa”, que à semelhança do Brasil, os candidatos que concorram a cargos políticos devem ser examinados os seus cadastros pelo Tribunal Regional.

- Congratularam ainda com a introdução das novas tecnologias nos trabalhos parlamentares, que irá permitir uma maior participação dos Deputados e dos cidadãos.

O Deputado Euclides Centeio, asseverou que em termos de novas tecnologias prevê-se que o Parlamento irá ter um Canal TV, o rádio, e uma intervenção forte nas redes sociais, como são os casos do twitter e facebook, permitindo uma maior interacção entre o Parlamento e o cidadão.

Por outro lado a Deputada Joana Rosa esclareceu sobre certa inércia dos Deputados na apresentação de projectos de leis, realçando a fraca capacidade que o Parlamento tem em termos de assessoria parlamentar.

A Deputada Filomena Gonçalves por seu lado encorajou as mulheres a participarem no desenvolvimento de Cabo Verde, de forma, a estarem sempre na linha da frente no que diz respeito à representação das mulheres.

Para concluir o Deputado Lívio Lopes, qualificou os questionamentos de muito pertinentes e informou que serão levados em devida consideração, para o aperfeiçoamento das melhores práticas a serem implementadas pelo novo Regimento.

II – Visita ao Congresso Nacional

No dia 03 de Setembro de 2012, pelas 08h00, a Delegação foi recebida na Chapelaria do Congresso Nacional pela Senhora Silvia Oddone da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, que guiou a Delegação por uma visita institucional às principais dependências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com passagem pelos salões Verde, Azul e Negro e Plenários e visita à exposição de quadros de Portinari e Victor Meirelles.

Na visita pelas dependências do Senado, a Delegação cruzou-se com Paulo Renato Paim Senador Federal pelo Estado de Rio Grande do Sul e um defensor dos Direitos Humanos, que deu as boas vindas e desejou um excelente trabalho à Delegação.

A Delegação foi recebida posteriormente pela Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Dra Cláudia Lira Nascimento.

O Deputado Lívio Lopes, Presidente da CEENRP apresentou as linhas orientadoras da reforma do Parlamento, e explanou o motivo da nossa missão ao Brasil que assentava principalmente na recolha de experiências. A aproximação do parlamento ao cidadão, a criação da Comissão de Ética, o melhoramento dos espaços físicos, o funcionamento parlamentar das sessões e a regimentação de alguns institutos, o reforço do apoio técnico às Comissões, Plenário e Deputado para o aperfeiçoamento da legislação foram os temas abordados no encontro.

A Secretária-Geral explicou que a Secretaria ocupa com tudo o que tem haver com o apoio técnico à Mesa, às Comissões Permanentes e apoio Técnico aos Senadores, bem como ao Congresso Nacional reunida em Sessão conjunta. É responsável ainda pela

Taquigrafia, relatório de actividades do Senado, relatório da Presidência, actas das reuniões, recursos humanos, polícia, etc. O Senado tem atribuições importantes como o de processar e julgar o Presidente da República, Vice-Presidentes e os seus Ministros do Supremo Tribunal Federal, e outros altos cargos da Governação; Por determinação da lei ainda pode escolher Ministros do Tribunal de Contas indicadas pelo Governo, Presidentes e Directores do Banco central do Brasil, Procurador-Geral da República, chefes de missões diplomáticas, entre outros; Autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios; e fixar por proposta do Presidente os limites do montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ainda explicou, que as Comissões desempenham um papel importante, porque muitas matérias são legisladas a nível das Comissões, e as medidas provisórias aprovados pela Câmara dos Deputados entram em vigência definitiva após apreciação e aprovação pelo Senado dentro do prazo de 60 dias. Reunida em Comissão Mista, quando não deliberarem no prazo de 45 dias o Senado e a Câmara voltam ao Plenário. As votações são secretas mas sujeitos a veto do Presidente da Republica. Destacou que a iniciativa popular dos cidadãos, é assegurada por um Deputado que depois a transforma num projecto de lei, que normalmente tem o seu inicio na Câmara dos Deputados. O Portal do Senado tem várias ferramentas onde os cidadãos podem participar com as suas iniciativas através da acumulação de 20 mil assinaturas e num prazo de 4 meses, que após esse prazo assume a forma de projecto de lei para apreciação pela Comissão competente. O portal ainda permite ao cidadão propor debates nas Comissões e ideias legislativas, permite a fiscalização ao Governo e ao funcionamento do Senado. A filtragem das iniciativas legislativas dos cidadãos é feita em coordenação com o Gabinete de Comunicação Social, Jurídica e pela Secretária-Geral. O Congresso dispõe ainda da Ouvidoria do Senado, que é o órgão de fortalecimento da cidadania, que recebe as sugestões e reclamações dos cidadãos e responde aos mesmos, suportado existência um acordo de cooperação entre o Senado, Câmara e o tribunal de Contas para a unificação da linguagem. A taquigrafia também desempenha um papel fundamental, porque permite converter a parte de áudio das reuniões das Comissões em tempo real no Portal.

A Delegação considerou de muito importantes e esclarecedores as informações avançadas pela Secretária-Geral, o que de certa forma irá contribuir para esclarecer várias dúvidas no processo de funcionamento das Comissões, e aproximação do Parlamento ao cidadão. Mas também questionaram da possibilidade de poder haver uma maior aproximação com o Brasil a nível da INTERLEGIS. Ficou aberta a possibilidade de um parlamentar participar num Fórum Internacional a ser organizada pela CEENR em Novembro próximo.

No período da tarde a Delegação reuniu com consultores legislativos e de orçamento do Senado Federal para se inteirarem do funcionamento processo de consultoria legislativa do Senado.

A apresentação ficou a cargo do Dr. Paulo Sousa, Consultor-Geral, que assegurou que o Consultoria Legislativa (CONLEG) está subordinada à Mesa da Directoria e o papel da Consultoria é de fornecer consultoria técnica aos Senadores, Mesa, Comissões e

Directorias (trabalho técnico, regimental, institucional) no trabalho parlamentar e fiscalizador, tendo destacado que:

- A assessoria tem várias estruturas de apoio e assessoramento de conteúdo formado por vários especialistas que são contratados por concurso público.
- A Consultoria é dividida em 4 núcleos, que por sua vez incluem temas específicos: direito; economia, social e discursos.
- O Senador normalmente estipula o tema que pretende desenvolver e envia à Consultoria Legislativa através de um formulário que existe para o efeito, e este por conseguinte formatará o tema e formula o projecto de lei em forma de articulados com base no conhecimento técnico do Consultor, que posteriormente será submetida para apreciação e agendamento.
- O Consultor pode também enviar uma nota técnica a desaconselhar o avanço da proposição com base em dados que comprovam a ineficácia da mesma ou inconstitucionalidade.
- A nota técnica é solicitada pelo parlamentar para esclarecimentos técnicos sobre determinadas proposições.
- A Consultoria pode ainda elaborar discurso sobre determinado tema por solicitação do parlamentar.

Relativamente à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF), a apresentação ficou a cargo do Dr. Orlando Neto, Consultor-Geral, que explanou que a Consultoria funciona de forma autónoma com profissionalismo e isenção partidária, junto do Núcleo de Estudos e Pesquisas e com consultores altamente qualificados. A Consultoria além de prestar apoio à Comissão Mista de Plano, Orçamento Público e Fiscalização, pode funcionar ainda com apoio aos parlamentares, Mesa da Directoria e Comissões Permanentes. O orçamento é apresentado em regime conjunto entre a Câmara e o Senado, mas a votação é feita em separado Câmara/Senado. A CONORF tem no fundo a mesma função que a CONLEG, mas tem a particularidade de acompanhar a taxa de execução do orçamento pelo Governo, uma vez que o orçamento tem a particularidade de ser regionalista.

O Dr. Orlando Neto apresentou ainda o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEPSF), que tem por missão, organizar, apoiar e coordenar projectos de estudos e pesquisas que visem à produção e à sistematização de conhecimentos relevantes para o aprimoramento da actuação do Senado Federal.

- O Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEPSF) antecipa as demandas dos Senadores e desenvolve a produção do conhecimento sobre temas de relevantes para a acção parlamentar.
- O Núcleo de Estudos e Pesquisas também promove seminários e *workshops* convidando especialistas das mais diversas áreas e de outras instituições, como Banco Mundial, Ministério da Fazenda, entre outras instituições, podendo também contar com o apoio dos especialistas da Casa.
- Os Consultores consideram que é fundamental que haja apoio técnico, porque evita que a discussão não torne muito político e ajuda a encontrar soluções.

O Deputado Lívio Lopes referiu que o Reforma do Parlamento vai para além da dimensão política do Regimento, e há a necessidade de se ter em conta a parte técnica

no apoio ao processo legislativo, com a introdução da vertente tecnológica na modernização dos actos legislativos. Questionou sobre como trabalham com o *lobbying* na Consultoria, pelo que os Consultores responderam que o *lobbying* existe mas que procuram trabalhar com isenção apesar de não existir regulamentação do *lobbying* no Brasil.

A Delegação ainda manteve um encontro com o Dr. Flávio Heringer Director da Secretaria de Comissões, que deu a conhecer à Delegação o funcionamento das Comissões destacando que:

- Existem 11 Comissões Permanentes, que são suportadas por secretários, assessores, consultores e servidores quando estas se encontram reunidas.
- As Comissões estão fixadas no Regimento, mas o plenário pode deliberar no sentido da criação de novas Comissões.
- As Comissões Mistas reúnem-se para tratar de medidas provisórias antes da sua aprovação pelo Senado ou Congresso.
- A Comissão tem poderes de decisão terminativa sobre um diploma.
- A tecnologia também tem um papel importante no trabalho das Comissões, porque permite enviar a convocatória para as reuniões via telemóvel, e através do portal é possível os cidadãos participarem nas audiências públicas, bem como apresentarem uma iniciativa popular.

No dia 04 de Setembro, pelas 09h00, a Delegação encontrou-se com a Dra Andréa Valente Directora da Secretaria de Relações Públicas para se inteirarem do funcionamento do Gabinete das Relações Públicas do Senado. A Directora começou por informar que a função da Directoria é contribuir para o exercício da cidadania, com enfoque para uma maior transparência do parlamento e interacção com a sociedade, cuja dinâmica levou à criação da Secretaria de Divulgação das Relações Públicas com o intuito de estabelecer um relacionamento permanente e interactivo de confiança e diálogo com as Instituições.

A Directoria de Comunicação tem ainda as seguintes atribuições:

- Planejar e organizar os eventos/convenções.
- Planejar e organizar eventos de carácter técnico, cultural e científico determinado pela Mesa.
- Realização de Programa de Visita Institucional com o objectivo de abrir a porta aos cidadãos, que derivou de várias solicitações de visitas institucionais.
- Existe no portal um Programa de Visita Virtual virada para a sociedade.

A Comunicação Institucional (COINST) planeja e executa programas de relações públicas para o fortalecimento do Senado Federal com os Serviços Públicos. Entre alguns programas destacam os seguintes:

- O *Programa Senado Jovem Brasileiro*, baseia na selecção de um jovem por cada Estado onde apresentam projectos de leis que depois transitam pela Casa.
- Concurso de Redacção enquadrado no projecto *Jovem Senador*.
- Apoio a projectos institucionais internos, que baseiam no apoio a projectos da Casa para o melhoramento institucional e administração.
- Tem responsabilidade ainda pela parte das publicações e impressões.

- Pela visibilidade e contribuição dos seus trabalhos a COINST arrebatou prêmios relações públicas em 1998, opinião pública em 1999, ideias em 2003 e 2008.

A Delegação Parlamentar ainda manteve encontro, com a Dra Elga Lopes Directora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, que explicou que este é um órgão do Senado responsável pela recolha de dados da opinião pública. De entre programas e serviços de relacionamento com os cidadãos destacam-se:

- Programa “Alô Senado” que faz a Recolha de dados que é tratada e canalizada para os Senadores. O “Alô Senado” é o 1º Call Center do órgão legislativo, prestando informações a qualquer cidadão em qualquer parte do Brasil, através de um número gratuito.
- Um outro tratamento feito pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública é a recolha dos “Clippes” que são uma colectânea de notícias sobre as várias intervenções públicas dos Senadores, que depois elabora as informações e envia-os para os Senadores.
- O Data Senado é um serviço da Secretaria e Pesquisa e realiza pesquisas de opiniões por telefones sobre assuntos legislativos e sobre implementação de políticas públicas. O Data Senado realiza ainda inquéritos sobre temas actuais em tramitação, para avaliar a aceitação ou impacto das mesmas.

No período da tarde a Delegação visitou as instalações físicas da Agência Senado, do Jornal Senado para constatar *in loco* os grandes avanços que o Parlamento Brasileiro alcançou a nível da aproximação do Parlamento ao cidadão.

A Delegação manteve um encontro com o Dr. Davi Emerich Director de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social – SECS, onde o pontapé de saída foi dada pelo Presidente da CEENR, Deputado Lívio Lopes que focalizou sua intervenção em aspectos ligados às novas tecnologias de informação e sua regulamentação.

O Director de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social, começou por realçar que o Congresso Brasileiro teve um grande avanço tecnológico nos últimos anos no que diz respeito às novas tecnologias e fontes de comunicação, destacando que actualmente existe um a grande influência das médias na vida dos parlamentares.

Na modernização do Parlamento criaram a TV Senado, Rádio, o Jornal, a Agência de Noticias e Relações Públicas, Pesquisa e Opinião Pública todas viradas para os cidadãos de forma a estarem sempre informados sobre os trabalhos do Senado e dos Senadores.

O Director de Jornalismo disse, que a grande marca da imprensa escrita do Senado é a imparcialidade e isenção que é colocada nos trabalhos informativos sobre o Senado e Senadores, não se envolvendo em cobertura noticiosa dos partidos políticos. Os jornais são enviados para vários Estados do Brasil, mas como há lugares onde chegam fora do tempo, é colocado também no portal na internet para que possa chegar ao cidadão em tempo real. Como a transmissão do canal da TV e da Rádio não chegam a todos os Estados, o Senado criou a lei nr.11653 de 8 de Abril, que define a obrigatoriedade da divulgação diária de 15 minutos das actividades do Senado nas rádios pública, comercial e comunitária (todas as rádios), de modo que a cobertura e as informações da vida dos Parlamentares (Senadores) chegam às respectivas regiões (Estados Federais).

O Director questionou qual o plano que o Parlamento cabo-verdiano quer implementar na reforma de modernização na aproximação do Parlamento ao cidadão.

O Deputado Euclides Centeio avançou que a banda larga em Cabo verde tem uma cobertura muito ampla, que o projecto passa sobretudo pela internet, respectivamente através do Webcasting, a Web TV e a Rádio Online e aproveitou para questionar como foi feita a regulamentação da parte de comunicação parlamentar.

O Director informou, que toda a parte de comunicação e divulgação foi estabelecida através de resoluções pelo Plenário do Senado, que regula o funcionamento das mesmas. Ainda sugeriu, que o Parlamento cabo-verdiano apostasse na TV Digital e na Rádio Online, porque além de ser mais barata o país já possui infra-estruturas para tal. A TV em sinal aberto seria muito dispendiosa para um país como Cabo Verde. Outrossim é que à semelhança do Senado Brasileiro onde existe a lei nr.11653 de 8 de Abril, que define a obrigatoriedade da divulgação diária de 15 minutos das actividades do Senado nas rádios pública, comercial e comunitária (todas as rádios), o Parlamento legislasse uma lei onde as Rádios Públicas, Comerciais e Comunitárias teriam um espaço parlamentar (do tipo tempo de antena) para a divulgação das acções dos parlamentares e do Parlamento.

A Delegação visitou, a Subsecretaria de Projectos Especiais – SUPRES, que foi criada para as acções de marketing institucional, e dar um cunho publicitário às varias iniciativas do Congresso Nacional, principalmente as leis aprovadas e que tenham finalidade de utilidade pública. Na acção de publicidade utilizam diversos suportes na divulgação dos trabalhos do Congresso para conhecimento dos cidadãos. Foi feita visita também pelo Jornal Senado para a Delegação inteirar da sua produção e método de distribuição.

No período da tarde a Delegação visitou a Rádio Senado, a TV Senado e a Secretaria de Electrónica (STEL) para se inteirarem do funcionamento das mesmas e terem a noção de engenharia que é usada na cobertura, transmissões e arquivamento dos trabalhos parlamentares.

A Delegação manteve um encontro com o Dr. José Carlos Araújo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que lhes falou da importância do Conselho de Ética na disciplina parlamentar, salientando que é um órgão que foi criado em 2001, encarregue do procedimento disciplinar e destinado a aplicação de penalidades em caso de descumprimento do decoro parlamentar. O Conselho de Ética tem um Regimento próprio alicerçado no Código de Ética e Regimento Interno da Câmara dos Deputados e actua mediante a provocação da Mesa ou dos Deputados.

Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, zelar pela observância dos preceitos éticos, cuidando da preservação da dignidade parlamentar, e, também, responder às consultas da Mesa, de comissões e de deputados sobre matéria de sua competência.

Assim, das penalidades existem, 4 penalidades graves, 1º censura verbal, 2º censura escrita, 3º suspensão de prerrogativas regimentais até 6 meses e 4º suspensão do exercício do mandato até 6 meses ou perda de mandato ou ressarcimento ao erário público das vantagens indevidas.

As penalidades devem ser confirmadas pelo Plenário da Câmara em votação secreta, tendo o Deputado o direito ao recuso da decisão do Plenário e Conselho de Ética e apresentar a sua defesa num prazo de 10 dias úteis corridos.

O Relator do Conselho não pode ser do mesmo Partido que o Deputado acusado e nem do mesmo Estado. O Relator tem um prazo de 30 a 40 dias para as diligências e instrução probatória do processo, e deve submeter o Relatório para sua apreciação e votação num prazo de 10 dias ao Conselho de Ética.

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, questionado pela Delegação cabo-verdiana sobre a questão do lobbying, luta contra a corrupção e Declaração de interesses pelos Deputados, respondeu que realmente existe o lobbying, mas que é uma situação que deve ser encarada com naturalidade porque pode ser considerada de extremamente positiva na questão de influência política, além de existirem grupos de interesse junto dos legislativos que dificultam a sua regulamentação. Disse ainda que o grupo de interesse melhor estruturado financeira e tecnicamente consegue, influenciar fortemente o processo legislativo e outros poderes públicos. A luta contra a corrupção não passa necessariamente pela regulamentação do lobbying.

Disse ainda a regulamentação do Lobby há muito tempo está a tentar ser discutida e aprovada na Câmara, mas que até ao momento não foi possível se chegar a um consenso sobre a questão do lobby, porque existe uma grande falta de vontade política. A falta de regras claras para a sua actividade, como é o caso de poder ser ou não remunerado o lobbista, e o de separar lobby e corrupção e a ideia da sua constitucionalidade tem dificultado a sua aprovação na Comissão Jurídica.

A Câmara dos Deputados na busca de promover acções interinstitucionais que visam promover e estimular o debate sobre ética e cidadania em defesa dos valores da sociedade brasileira, assinou através do Conselho de Ética protocolos com Insituições que partilham do mesmo objectivo.

E para conseguir esse objectivo o Conselho de Ética criou um Programa denominado **"O Peixe e a Arte de Pescar - Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira "**, que consiste na organização de uma rede de cooperação entre as entidades signatárias e as diversas instituições interessadas nas questões de ética e cidadania, tendo como ponto fulcral um fórum anual para apresentar acções, discutir propostas e partilhar experiências e saberes.

A Delegação foi ainda recebida em Plenário, tendo o Presidente da Câmara cumprimentado a Delegação e dado a palavra à Deputada Janete Pietá, que também é Presidente de Grupo de Amizade Brasil/Cabo Verde que fez uma intervenção no plenário, saudando e desejando sucessos na visita da Delegação.

III – Visita à Câmara dos Deputados

No dia 05 de Setembro, a Delegação dedicou os seus trabalhos a visita à Câmara dos Deputados.

A Delegação iniciou os seus trabalhos com a visita ao Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados, um local de excelência criada em 2008 e voltada para a formação da cidadania e centrada em 3 eixos: Formação intelectual e afirmação; Educação moral e Educação do comportamento.

O Centro promove uma série de programas entre os quais de destacam:

- “Estágio Visita” de curta duração que é um programa mensal dirigidos a estudantes universitários e pessoas indicadas pelos Deputados.
- “Parlamento Jovem Brasileiro”, que tem o carácter de propiciar aos estudantes de nível médio de todos os Estados a vivencia no processo político e democrático numa Jornada Parlamentar de uma semana, onde tem a chance de apresentar os seus projectos de leis sobre determinada matéria.
- “A Escola na Câmara”, que consiste em aula dialogada sobre a cidadania integrada e uma visita institucional à Câmara com o objectivo de aproximar a Câmara aos cidadãos.
- “Missão Pedagógica no Parlamento”, é um programa anual composto por uma semana intensa de formação em Brasília e tem a missão pedagógica de formação com módulos à distância tendo como objectivo fornecer aos educadores formação para a democracia. Ainda promove-se cursos sem tutoria que é aberta a todos para participarem em cursos sobre cidadania e democracia.

Posteriormente, a Delegação manteve uma reunião com a Secretaria de Comunicação Social da Câmara, que aclarou que o seu funcionamento está centralizado na transparência e interactividade do processo legislativo. Dessa interactividade destacam-se: o Programa bate-papo com os Deputados, a TV e a Rádio que funcionam em sinal aberto para vários Estados.

Do encontro com o Departamento das Comissões destacam-se a composição, número e funcionamento e a sua interacção com a sociedade no portal recebendo contribuições dos cidadãos através do programa *e-democracia*, que é um programa de aproximação das Comissões aos cidadãos.

Do encontro com a Consultoria Legislativa, ficou patente que a mesma agrega pessoas capacitadas em várias áreas de conhecimento, sendo que a composição vai de encontro com o número de Comissões Permanentes e as suas temáticas. A Consultoria Legislativa além de apoiar os Deputados apoia ainda as Comissões Permanentes e a Comissão de Ética. Prestam assistência a Instituições Científicas, Universidades, Organismos ou Entidades Estatais voltados para o seu campo de actuação através da assinatura de um Convénio de Intercambio e mediante autorização da Mesa da Câmara.

A Delegação pôde ainda estar presente na Cerimónia de tomada de posse do Grupo de Amizade Brasil/Cabo Verde, tendo a Presidência ficado a cargo da Deputada Janete Rocha Pietá.

A Cerimónia contou ainda com a presença do Embaixador de Cabo Verde, Dr. Daniel Pereira, do Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Domingos Druta, da Presidente da Frente Parlamentar Mista para a Igualdade Racial e Defesa dos Quilombolas, Luiz Alberto.

A Delegação ainda visitou a Corep/TV para conhecer as novas tecnologias no contexto de aproximação do Parlamento aos cidadãos.

De seguida, encontraram-se com o Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça, encontro esse que foi presidido pelo Deputado Ricardo Berzoini. Caracterizada por ser uma Comissão como a da Comissão Especializada Assuntos Jurídicos Direitos Humanos e Comunicação Social de Cabo Verde, onde entra mais volumes de diplomas por ser a Comissão que analisa as inconstitucionalidades da lei a Delegação quis inteirar-se do seu funcionamento. O Deputado Ricardo Berzoini avançou que na Câmara a Comissão pode reunir sem quórum, mas não pode deliberar.

A Comissão tem duas formas de apreciação: a primeira a conclusiva, quando os projectos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário, mas podendo ser avocada pelo Plenário; e a segunda realizada pelo Plenário propriamente dita, quando este é quem dá a palavra final sobre o projecto, após a análise das comissões.

Os Deputados ou Relatores podem a qualquer momento solicitar à Consultoria Legislativa pareceres ou informações sobre a incongruência técnica de uma determinada lei.

Os Projectos de Lei antes de serem enviadas às Comissões pelo Presidente da Câmara, são precedidas de um Parecer de Admissibilidade elaborada pelos Consultores sobre a sua constitucionalidade ou incongruência.

Para a admissibilidade das matérias em Comissão deverá, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ver o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e, juntamente com as comissões técnicas, para pronunciar-se sobre o seu mérito.

A Comissão Especial deverá pronunciar-se quanto à admissibilidade jurídica e legislativa e, quando for o caso, a compatibilidade orçamentária da proposição, e sobre o mérito, mesmo quando haja as propostas versarem matéria de mais de 3 Comissões.

A Nota Técnica consiste num parecer técnico sobre um determinado tema adequando-a às técnicas legislativas, por solicitação de um Deputado. O Deputado Relator pode sempre recorrer à Consultoria Legislativa para solicitar apoio na formulação de determina matéria sempre que tenha dúvidas.

Conclusão

Os Deputados consideraram de muito importante as várias apresentações feitas ao longo da visita quer ao Senado quer à Câmara dos Deputados, tendo-lhes permitido inteirar-se do funcionamento dos vários órgãos que compõe quer o Senado quer a Câmara dos Deputados. A experiencia que conseguirem recolher junto do Congresso Brasileiro lhes permitirá abrir caminhos para novos desafios que a missão preconizou.

Verificaram que os progressos havidos na modernização do Parlamento, para aproximar o Parlamento mais próximo do cidadão servirão de excelente modelo para o Parlamento cabo-verdiano extrair exemplos muito práticos no seu relacionamento com o cidadão.

Constataram ainda que a modernização do Parlamento na vertente tecnológica acarretará grandes custos mas que os ganhos serão bem visíveis se o Parlamento conseguir agarrar no desafio de dotar o Parlamento de melhores instrumentos de gestão do processo legislativo.

A nível da Reforma do Regimento notou-se a necessidade de se criar uma Comissão de Ética, dotar o Parlamento de um corpo técnico mais especializado no apoio ao trabalho legislativo, a criação de mais mecanismos de participação do cidadão na vida parlamentar, i.e. um Regimento mais virado para a actividade parlamentar e que não seja espelho dos Partidos Políticos.

Praia, aos 14 de Setembro de 2012

Nuno Furtado
-Técnico Parlamentar da DEILACT-

Anexo: Programa de visita da CEENR ao Brasil

Missão CEENR, Brasil, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 2012

Programa

30 de Agosto de 2012 – Quinta-feira

- Partida da Praia/Fortaleza/São Paulo/Brasília

31 de Agosto e 01 de Setembro de 2012 – Sexta-feira

- Encontro com a Comunidade Cabo-verdiana em São Paulo

3 de Setembro de 2012 – Segunda-feira

08:00 – Recepção na Chapelaria do Congresso Nacional por servidores da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, seguida de visita institucional guiada às principais dependências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (salões Verde, Azul e Negro e Plenários) e visita à exposição de quadros de Portinari e Victor Meirelles.

10:00 – Encontro com a Secretária Geral da Mesa

10:30 – Visão geral do processo legislativo no Senado Federal, aos cuidados da equipe da SGM

12:30 – Almoço livre

15:30 – Encontro com o Diretor da Secretaria de Comissões

16:00 – Encontro com consultores legislativos e de orçamento do Senado Federal

18:00 – Encerramento das atividades do dia / noite livre

4 de Setembro de 2012 – Terça-feira

09:00 – Encontro com a Diretora da Secretaria de Relações Públicas (apresentação de programas de comunicação institucional como o “Jovem Senador”; gestora do programa “Senado Verde”), seguido de encontro com a Diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (incluindo a central de relacionamento com os cidadãos, “Alô Senado”)

10:00 – Visita à Agência Senado

10:30 – Visita ao Jornal do Senado

11:00 – Visita à Subsecretaria de Projetos Especiais – SUPRES (ações de marketing institucional)

11:30 – Encontro com o Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social – SECS

12:00 – Almoço livre

14:30 – Visita à Rádio Senado

15:00 – Visita à TV Senado

16:00 – Visita à Secretaria de Eletrônica – STEL (arquivo de áudios, vídeos, confecção de cópias de programas da rádio e da TV para usuários)

17:00 – Encontro com o Presidente da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados (o grupo será conduzido até a divisa dos salões Azul e Verde)

5 de Setembro de 2012 – Quarta-feira

09h15 - Chegada à Câmara dos Deputados
Entrada pela Chapelaria

Missão CEENR, Brasil, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 2012

09h15 - Visita Institucional – Corep / TV Câmara (conhecer as novas tecnologias no contexto de aproximação do Parlamento aos cidadãos)

09h55 - Deslocamento para o CEFOR

10h00 - Reunião com Dirigentes e Consultores da Câmara Departamento de Comissões; Coordenação de Relações Públicas e Divulgação Institucional; Coordenação de Educação para a Democracia, Consultoria Legislativa

Local: CEFOR – Sala de Reuniões nr 1

14h20 - Chegada na Câmara dos Deputados

Entrada pela Chapelaria

14h30 - Reunião com Parlamentares da Frente Parlamentar Mista para Igualdade Racial e Defesa dos Quilombolas.

Presidente: Dep. Luiz Alberto (PT/BA)

Local: Sala de Reuniões da Mesa

Endereço: Edifício Principal

15h30 - Reunião com Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça (a confirmar)

Presidente: Dep. Ricardo Berzoini (PT/SP)

Local: Sala de Reuniões da Comissão

Endereço: Anexo II, Térreo, Ala A, Sala 09,

6 de Setembro de 2012 – Quinta-feira

- Partida de Brasília/Fortaleza/Praia

Delegação Oficial

1. Deputado Lívio Fernandes Lopes, **Presidente da Comissão, PAICV**
2. Deputada Joana Gomes Rosa, **MPD**
3. Deputado Euclides Vieira Cardoso Centeio, **PAICV**
4. Deputada Filomena Mendes Gonçalves, **MPD**
5. Deputado António Alberto Mendes Fernandes, **PAICV**
6. Sr. Nuno Furtado, **Técnico Parlamentar**